



IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE
III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia
26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR

A REPRESENTATIVIDADE DO PROJETO LITERATURA EM MINHA CASA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES

COPES, Regina Janiaki – SEED
reginacopes@hotmail.com

SAVELI, Esméria de Lourdes - UEPG
esaveli@hotmail.com

Eixo Temático: Políticas públicas de leitura
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

A pesquisa teve a preocupação de estabelecer as relações entre o proposto pelo projeto governamental de incentivo à leitura “Literatura em Minha Casa”, e o que foi efetivado na prática no município de Ponta Grossa, Paraná. O suporte teórico para a compreensão do objeto está assentado nas concepções de leitura de autores que discutem as políticas públicas de leitura e formação de leitor – como Perrotti, Silva, Britto. A análise focou os objetivos, o público alvo, os critérios para a distribuição dos livros, os investimentos financeiros, as concepções básicas e as ações que nortearam a implantação e a implementação do projeto nas escolas. Foram realizadas entrevistas com gestores, pedagogos, professores e responsáveis pelas bibliotecas das escolas municipais e estaduais. As conclusões são: a) a maioria dos gestores escolares desconhecia os programas, os projetos e as campanhas de incentivo à leitura emanados do Governo Federal; b) os livros não chegaram nas escolas da forma como estava proposto nos documentos oficiais; c) os alunos não receberam os kits conforme o prescrito no projeto; d) em algumas escolas, tanto nas estaduais quanto nas municipais, há resíduo de volumes nas estantes das bibliotecas e nas salas de leitura e; e) as escolas receberam uma quantidade de kits muito aquém da demanda de matrículas. Constatou-se certo distanciamento entre as intenções manifestadas nos documentos e os resultados da proposta implementada nas escolas. O projeto não ganhou visibilidade nem dentro das escolas, nem na comunidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Política de Leitura, Formação de Leitores.

Introdução

A escola e o aluno sempre foram os alvos das preocupações dos pesquisadores na área da educação e, especificamente, na da leitura. Afinal de contas, conforme Silva (2004),

essa instituição enquanto encarregada pela formação educacional das novas gerações, exerce um papel de máxima importância no processo de preparação de leitores.

Assim, a escola tem um papel preponderante, o de formadora e de estimuladora de leitores, pois é nela que se desenvolvem as relações entre leitura e indivíduo, em todas as suas interfaces. Não há como falar em formação de leitores sem pensar em uma política educacional fundada no fortalecimento da escola enquanto instituição pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Na visão de Silva (2004: 4), “um ensino de qualidade, atendendo a critérios de excelência, segue-se à formação de leitores maduros, com competência suficiente para caminhar livremente pelos múltiplos quadrantes do mundo da escrita”. Portanto, uma educação de qualidade tem ênfase na leitura.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Portaria de nº 584, de 28 de abril de 1997, instituiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Tal programa teve a intenção de contribuir para a formação de leitores oportunizando à comunidade escolar o acesso gratuito ao livro de literatura. Segundo o MEC, a intenção de se instituir o PNBE era garantir aos alunos e professores do Ensino Fundamental o acesso à cultura e à informação, desenvolvendo o gosto pela leitura. De acordo com os dados divulgados pelo FNDE, o PNBE, vem desde 1998, se modificando e se adequando à realidade e às necessidades educacionais brasileiras. Assim, para efetivar o que foi determinado na Resolução nº 14 de 15 de Agosto de 2000, o MEC afirma ter investido aproximadamente R\$ 236 milhões em livros de literatura infanto-juvenil para distribuição gratuita aos alunos e para a formação de bibliotecas escolares.

Porém, o Ministério, percebendo que muito ainda precisaria ser feito em prol da formação de leitores, mudou os rumos das políticas públicas para melhorar o desenvolvimento da leitura no Brasil. Portanto, a partir de 2001, o MEC passou a destinar parte dos recursos advindos do FNDE no projeto “Literatura em Minha Casa” que, por meio de diferentes ações, levaria obras literárias a todos os alunos matriculados na 4ª e na 8ª séries do Ensino Fundamental. Dessa vez a meta principal do MEC foi investir diretamente no aluno, formando a sua biblioteca particular. Nesse caso, os livros de literatura seriam entregues aos próprios alunos que levariam as coleções para as suas casas. Segundo o Ministério, essa política traria retornos jamais conquistados, uma vez que os livros estariam nos lares e sendo lidos também pelos pais, irmãos e outros familiares. Com essa ação,

acreditava-se que haveria um aumento significativo de leitores no Brasil. Assim, o Estado estaria cumprindo o seu papel perante a sociedade, supriria os alunos e a escola com livros.

Partindo desse pressuposto, a intenção foi analisar o projeto de incentivo à leitura “Literatura em Minha Casa”, emanado do Governo Federal na sua implantação e implementação no município de Ponta Grossa, Paraná, em seus aspectos políticos, sociais e pedagógicos. Procurou-se: a) identificar as contradições entre o que é proposto na documentação oficial e o que é efetivado na prática; b) saber o conhecimento que os profissionais atuantes nas escolas tinham sobre os programas, os projetos e as campanhas de incentivo à leitura advindos do Governo Federal; c) averiguar se esse projeto tem sido efetivamente desenvolvido nas escolas e de que maneira vem suprindo a ausência do livro de literatura nas mãos dos estudantes.

Procedimentos Metodológicos

Para se chegar ao âmago da questão e se investigar o projeto “Literatura em Minha Casa” fez-se o *detour*, conforme Kosik (1976), em que primeiro se procurou conhecer o projeto “Literatura em Minha Casa” em sua essência e em sua estrutura por meio da análise de documentos oficiais. As entrevistas semi-estruturadas permitiram captar informações úteis para compreender a relação existente entre o proposto e o que de fato foi efetivado nas escolas. Essa metodologia possibilitou um movimento dialético, um ir e vir, constante que permitiu desvendar a realidade e ver a contradição do que foi dito e feito, bem como aquilo que foi feito e não dito. Esse procedimento está coerente com a abordagem das pesquisas qualitativas (GEERTZ, 1979).

Rastreou-se a realidade da implantação e implementação do projeto em 11(onze) escolas estaduais e 11 (onze) municipais em diferentes setores regionais. Para não revelar a identidade dos informantes usou-se somente o cargo e substituíram-se os nomes das escolas pelos títulos dos livros que fizeram parte das coleções do projeto.

Para a escolha das escolas que participariam, da pesquisa delineou-se os seguintes critérios: a) ofertar Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série; b) ter sido criada de 1997 em diante, época da implantação do “Programa Nacional Biblioteca Escolar” (PNBE), célula mãe do projeto “Literatura em Minha Casa” implantado em 2001; c) ser compatível ao número mínimo de matrículas exigidas pelo projeto “Literatura em Minha Casa” para o recebimento

das coleções. O critério para a escolha das escolas municipais foi a partir do universo das escolas estaduais.

Foram ao todo 55 entrevistas, sendo divididas em: 11 com diretores de escolas estaduais, 11 com pedagogos ou professores, e 11 bibliotecários das mesmas escolas estaduais; e ainda, 11 com diretores, 11 com pedagogos ou professores das escolas municipais. As escolas municipais não possuem bibliotecas, portanto não foi possível fazer entrevista com bibliotecários municipais.

Das falas dos sujeitos emergiram as seguintes unidades: a) A invisibilidade do projeto “Literatura em Minha Casa”; b) Os livros não vieram para todos os alunos; c) Os livros não foram entregues aos alunos; d) Os livros estão nas bibliotecas e) O distanciamento dos profissionais da educação no processo; f) As campanhas não surtiram o efeito desejado.

A invisibilidade do projeto Literatura em Minha Casa

A pesquisa revelou que o projeto “Literatura em Minha Casa” não teve visibilidade dentro das escolas como deveria. Durante as entrevistas, foram apresentados dados referentes ao PNBE e, em especial, sobre o “Literatura em Minha Casa”. Mesmo assim, alguns depoentes afirmavam desconhecer o referido projeto. As expressões mais recorrentes eram: “*Literatura em Minha Casa?*”, “*Eu desconheço esse Projeto*”, “*Eu não lembro da escola ter recebido livros nesta quantidade*”, “*Não, nunca vi chegar uma quantidade tão grande de livros!*” (Diretores).

De acordo com os relatos, o projeto não chegou às escolas da forma como está apregoado na documentação original. O planejado no momento da implantação do PNBE, não foi executado na implementação do projeto dentro das escolas. Os depoentes desconhecem o projeto na forma como está proposto nos documentos oficiais.

“Um kit, com livrinhos?! Com certeza se a gente tivesse recebido todos os kits como você esta dizendo, a gente tinha feito uma reunião com os pais, a gente ia apresentar à comunidade, com certeza” (Diretor – O Vampiro que Descobriu o Baú).

Se, conforme dados divulgados pelo *site* do FNDE/ 2003, foi destinado uma boa quantidade de investimento financeiro para atender as ações do PNBE, como se justifica o depoimento?

“Aqui para nós não mandaram tudo isso. Isso desde quando?! Estou surpreso com isso! Para cada aluno?! Nunca aconteceu...” (Diretor – Homens e Caranguejos).

A surpresa da quantidade de livros que as escolas deveriam ter recebido do projeto, para entregar aos alunos, denuncia que o PNBE e, conseqüentemente, o projeto “Literatura em Minha Casa” não ganharam a dimensão política necessária para se tornarem visíveis à população. É possível considerar que a implementação de um programa ou de uma política qualquer de intervenção, deve ir além daquilo que está proposto no papel.

Os livros não vieram para todos os alunos

O objetivo do “Literatura em Minha Casa” era integrar a ação familiar e escolar em prol da formação de leitores por meio da literatura infantil e juvenil. Porém, isso não foi concretizado na prática. O projeto “Literatura em Minha Casa” não cumpriu o seu objetivo principal.

“Deu pra entregar pra cada aluno um livro só. Veio quinze kits, mais ou menos. A gente não dava um kit inteiro, abria e dava um pra cada um” (Diretor – O Pequeno Príncipe).

“Eram abertos os pacotinhos e os alunos levavam pra casa somente um livro e, a gente ia fazendo rodízio até o final do ano, e depois que todos já tinham feito o rodízio daí, sim, levavam para casa” (Diretor – Os Saltimbancos).

Cada aluno matriculado na 4ª série deveria levar para casa um *kit* com 5 (cinco) livros, porém não foi o que aconteceu. O que efetivou a implementação do projeto foram as diferentes estratégias pedagógicas realizadas pelas escolas.

“Os livros ficaram na escola para serem utilizados nos projetos desenvolvidos pelos professores”, “eles ficam na sala de aula e o professor empresta para eles levarem para casa” (Diretor – Poesia Quando Nasce..., Nem te Conto e Histórias Daqui e Dali).

Portanto, mesmo as escolas não recebendo os *kits* na quantidade que deveriam, criaram, de acordo com as suas realidades, alternativas pedagógicas e desenvolveram atividades de leitura com os livros. O projeto não se efetivou na prática.

Os livros estão nas bibliotecas

Após as entrevistas foi necessário que se verificasse e confirmasse o paradeiro dos livros do “Literatura em Minha Casa”. Conforme o explicitado alguns volumes dos livros foram encontrados expostos nas estantes das bibliotecas. Nas escolas municipais os livros foram encontrados nas salas de aula ou nas salas de multiuso.

“Esses livros da coleção, os alunos emprestam”; “Os professores usam para fazerem trabalhos em sala de aula”; “Não foi distribuídos diretamente pros alunos, porque não tinha como”; “Veio um pouco e ficou na biblioteca” (responsáveis pelas bibliotecas).

Pode-se dizer que o “Literatura em Minha Casa” foi uma política limitada. Os relatos abaixo reafirmam que a política pública de incentivo à leitura com o objetivo de entregar livros de literatura infanto-juvenil aos alunos, não foi eficaz, pois não atingiu plenamente o seu ideal. Na escola estadual “Eu Chovo, Tu Choves, Ele Chove”, o diretor, ao ser indagado sobre os livros, respondeu enfaticamente: *“Pro aluno levar pra casa?! Não aconteceu! Temos recebido livros pra biblioteca, livros para o fundamental, mas pra biblioteca”*.

Esse estranhamento em relação ao “Literatura em Minha Casa” pode ter fundamento no descaso com que as políticas públicas são implementadas. Os depoimentos revelam que os responsáveis pela implantação das políticas públicas têm deixado de fora, sem notícias, a principal divulgadora e promotora da leitura: a escola. Isso faz com que o planejado e o divulgado não sejam cobrados, que passem despercebidos no momento da implementação das ações, pois quem irá cobrar um investimento que não conhece na essência?

O distanciamento dos profissionais da educação no processo

Segundo o MEC era de responsabilidade da escola executar e divulgar o projeto na comunidade. No entanto, quando aos pedagogos se perguntou sobre as atividades relacionadas à implementação do “Literatura em Minha Casa”, revelaram, desconhecimento e

distanciamento. As respostas mais recorrentes foram: “*Eu não sei o objetivo*”, “*Não sei se as coleções chegaram e se foram distribuídas para todos os alunos*”, “*Nunca presencie*”, “*Quando os livros chegaram?*”, “*Era pra entregar para os alunos?!*”, “*Nunca vi nada disso aqui na escola!*” (Pedagogos).

Os depoimentos apresentam o distanciamento dos pedagogos em relação ao seu papel no interior da escola. Esses se sentem excluídos do processo educacional no momento da implementação dessas políticas e ficam sem condições de agir como deveriam. Afinal, quais os outros profissionais da educação que podem, ao lado dos professores, abrir caminhos para a dinamização da leitura, se não os pedagogos?

Esse estranhamento mostra que as iniciativas, embora sejam cheias de boas intenções, precisam de planejamentos que atendam a todos os setores, principalmente, a escola. Entende-se que os profissionais da educação precisam estar capacitados para tornar essas políticas de leitura funcionais nos mais variados ambientes onde elas se disseminam – escola, família, parques, praças, hospitais e ruas, enfim em todos os espaços formais e informais que se possa imaginar.

No momento em que as políticas públicas voltadas para a educação são implementadas dentro das escolas, precisam atender as necessidades da realidade escolar. Sem esses cuidados, os programas e ou os projetos não surtem efeito algum, podem não ser eficientes para se avançar naquilo que se pretende. Nesse caso, o Estado, ao formular políticas públicas para área da leitura, precisa também investir na formação dos profissionais responsáveis por dinamizá-las. Conforme Silva (1995), sem o seu trabalho competente do professor não há como formar leitores assíduos e maduros.

Ao se tratar de políticas públicas de leitura o professor, enquanto mediador dessa prática dentro da escola merece maior atenção. A informação e a preparação do profissional no ato da execução das ações seriam a dobradinha perfeita para o sucesso dessas políticas. Por sua vez, os profissionais não se considerariam excluídos, mas incluídos no mundo da cultura.

Segundo Custódio (2000), é na falta de demandas sociais significativas que as políticas públicas tendem a continuar sendo formuladas sem um planejamento para longo prazo. Elas são implantadas seguindo os valores e concepções próprios de cada administração, como políticas de governo e não uma política de Estado.

A divulgação das ações

É importante registrar que o Governo Federal, por meio da mídia, fez uma intensa propaganda sobre essas ações de incentivo à leitura. O MEC e a Câmara Brasileira do Livro coordenaram a campanha publicitária “Tempo de leitura” (2001), que promoveu a leitura por meio de anúncios na TV e na mídia impressa de todo o país. A campanha mostrava os livros chegando às escolas. Esse fato abre espaço para outras questões instigantes: a) As propagandas dessa natureza são criadas para divulgar o que está sendo efetivado ou apenas o que está proposto nos documentos oficiais?; b) A intenção de divulgar é para permitir que a sociedade tome conhecimento das ações?

Vale considerar que as campanhas carregaram em si as marcas do período e do grupo que as produziram. Pode-se dizer que as campanhas de incentivo à leitura oriundas do Governo Federal têm sido utilizadas para propagar a idéia de que o Estado tem investido na formação de leitores. Para justificar e fazer a propaganda do projeto o governo defendeu a democratização e o acesso ao livro. A intenção era fazer com que o povo acreditasse que se estava investindo na educação; com isso, justificava-se a aplicação dos investimentos na área.

A leitura entra nos discursos dos idealizadores das políticas públicas para o livro e para a leitura como um fetiche por atribuir a ela, de maneira generalizada, a capacidade de salvar a escola de todas as mazelas, legitimando as ações dos representantes de órgãos oficiais. Em um país como o Brasil, onde o livro não faz parte do cotidiano da maioria da população, a realização de um projeto de incentivo à leitura dessa envergadura é algo que merece todo respeito, admiração por parte da sociedade e do governo.

É preciso que o poder público compreenda e assuma sua responsabilidade de incentivar o acesso ao livro e as iniciativas de promoção da leitura, não basta o governo apenas criar programas, projetos e fazer campanhas televisivas; é necessário que haja acompanhamento da implementação do programa ou projeto nas escolas, pois é no interior do espaço escolar que ocorre a efetivação das políticas públicas de leitura.

Considerações Finais

A pesquisa considerou que a situação precária da leitura no Brasil decorre da fragilidade e da desarticulação das ações desenvolvidas, de descontinuidades e rupturas devido às mudanças de gestões administrativas e, ainda, de estratégias equivocadas por parte da estrutura política e técnico-burocrática (CUSTÓDIO, 2000).

As políticas educacionais brasileiras têm como fim o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual ou, se pela forma como são implantadas e implementadas, reforçam as diferenças socioculturais no país? Isso posto, necessário se faz, elencar algumas considerações sobre o projeto: a) ele pode ser definido como uma política pública, no campo do livro e da leitura, que se caracterizou pela mera distribuição de livros com poucos critérios sobre a qualidade da aplicação, dentro e fora das escolas; b) não apresenta definição de estratégias de acompanhamento e avaliação do projeto; c) o Estado, como agente de controle e como consumidor, definiu e determinou os livros que os alunos iriam ler e; d) pelo conteúdo propagandista, pelas estratégias de implantação, pelos recursos de grande monta investidos, se enquadra como política de governo e não como política pública de Estado.

Para justificar o montante de recursos financeiros o MEC assegurou ser o “Literatura em Minha Casa”, o maior projeto de incentivo à leitura do mundo e considerou como uma iniciativa pioneira no tocante à formação da biblioteca particular dos estudantes. Justifica ainda, que o quadro de investimento no projeto faz muito sentido no Brasil, devido aos péssimos resultados alcançados pelos alunos brasileiros no PISA e na Prova Brasil. O governo federal acreditou que a distribuição de livros aos estudantes bastaria para mostrar que exerceu o seu papel na área da educação e, com isso, resolveria problema do baixo rendimento escolar dos alunos.

Vale perguntar: O que representa uma política pública de distribuição de livros de literatura “em minha casa”? O que significa distribuir livros diretamente aos alunos se o governo despreza as instituições mediadoras, como a escola? Qual o sentido da distribuição do livro pelo Estado para formar o acervo literário “em minha casa”?

A primeira questão levantada pode ser vista sob uma perspectiva assistencialista porque evidencia o descompromisso do Estado com a superação das contradições que marcam a sociedade brasileira e o avanço de ações de caráter emergencial para atender aos menos favorecidos. Assim, como há programas de assistência social – Merenda Escolar, Bolsa Família, Transporte Escolar – os alunos passam também a receber gratuitamente livros de literatura.

Se considerarmos uma das justificativas dadas pelo MEC que o projeto tinha como meta superar a baixa qualidade da educação, o significado de distribuir livros diretamente aos alunos pode se apresentar como um nevoeiro que encobre a baixa qualidade da escola pública, denunciada constantemente pelos baixos resultados do desempenho escolar dos seus alunos.

No entanto, a mera distribuição de livros, embora com qualidade, com critérios de seleção, mas sem um projeto de formação de educadores-leitores, sem escolas com acervos, com professores sem condições materiais e físicas de trabalho, não é suficiente para promover leitores e, por conseqüência, uma educação de qualidade.

Com referência ao sentido da distribuição do livro pelo Estado para formar o acervo literário em “minha casa” essa distribuição aparece como uma ação “mágica” para reverter o quadro da leitura no país. A medida tomada pelo governo de distribuir livros no sentido de contribuir para a formação da biblioteca particular do aluno tem um caráter propagandista que busca encobrir as mazelas da escola pública.

É preciso compreender que o sucesso de uma política para a formação de leitores, que necessariamente vai impactar a qualidade da educação, exige, sobretudo, pensar na formação continuada dos profissionais.

A questão é: tornar os professores e bibliotecários leitores familiarizados com a leitura e a escrita para atuarem, com autonomia e criatividade, na formação de estudantes. E, para isso, não há receitas. Exige-se a prática da leitura no cotidiano profissional e pessoal de todos aqueles que estão diretamente trabalhando com os alunos. Não há possibilidades de se formar leitor sem a convivência diária com os livros ou sendo leitor de um só livro. Isso implica dizer que, quando se trata da leitura, a quantidade tem relação direta com a qualidade. Isto é, leitores se formam pelo contato direto com o maior número possível de livros lidos, isso vale tanto para os mediadores – professores e bibliotecários – quanto para os alunos.

Para tanto, é necessário que se implementem políticas públicas de leitura que ultrapassem a mera distribuição de livros, ainda que de qualidade.

O Estado precisa, ao implantar uma política pública de incentivo à leitura, garantir que essa repercuta na sociedade geral e principalmente dentro das instituições escolares. E dessa maneira, poder avaliar não só a melhoria do ensino no âmbito da leitura e da escrita, mas também saber se as ações estão ou não alcançando os objetivos socioculturais a que se propuseram os programas e os projetos governamentais.

Tem-se a consciência de que esta pesquisa não conseguiu desvendar todos os pontos importantes e necessários para se saber onde é que os propósitos do “Literatura em Minha Casa” foram interrompidos. No entanto, sabe-se que, a partir dos questionamentos e das dúvidas que ficaram pairadas no ar, muitas outras pesquisas surgirão e muitos fios dos emaranhados serão puxados.

REFERÊNCIAS

BRITTO, L. P. L. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação.** São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CUSTÓDIO, C. D. **Leitura, formação de leitores e Estado: concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação – 1930 – 1994.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Edit.,1979.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MELO, J. M. **História Social da Imprensa: fatores sócio culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil.**Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PERROTTI, E. **Confinamento Cultural, Infância e Leitura.** São Paulo: Summus, 1990.

SILVA, E. T. da. **A formação de leitores.** III Feira do Livro de Ponta Grossa-PR. Ponta Grossa, 2004.